

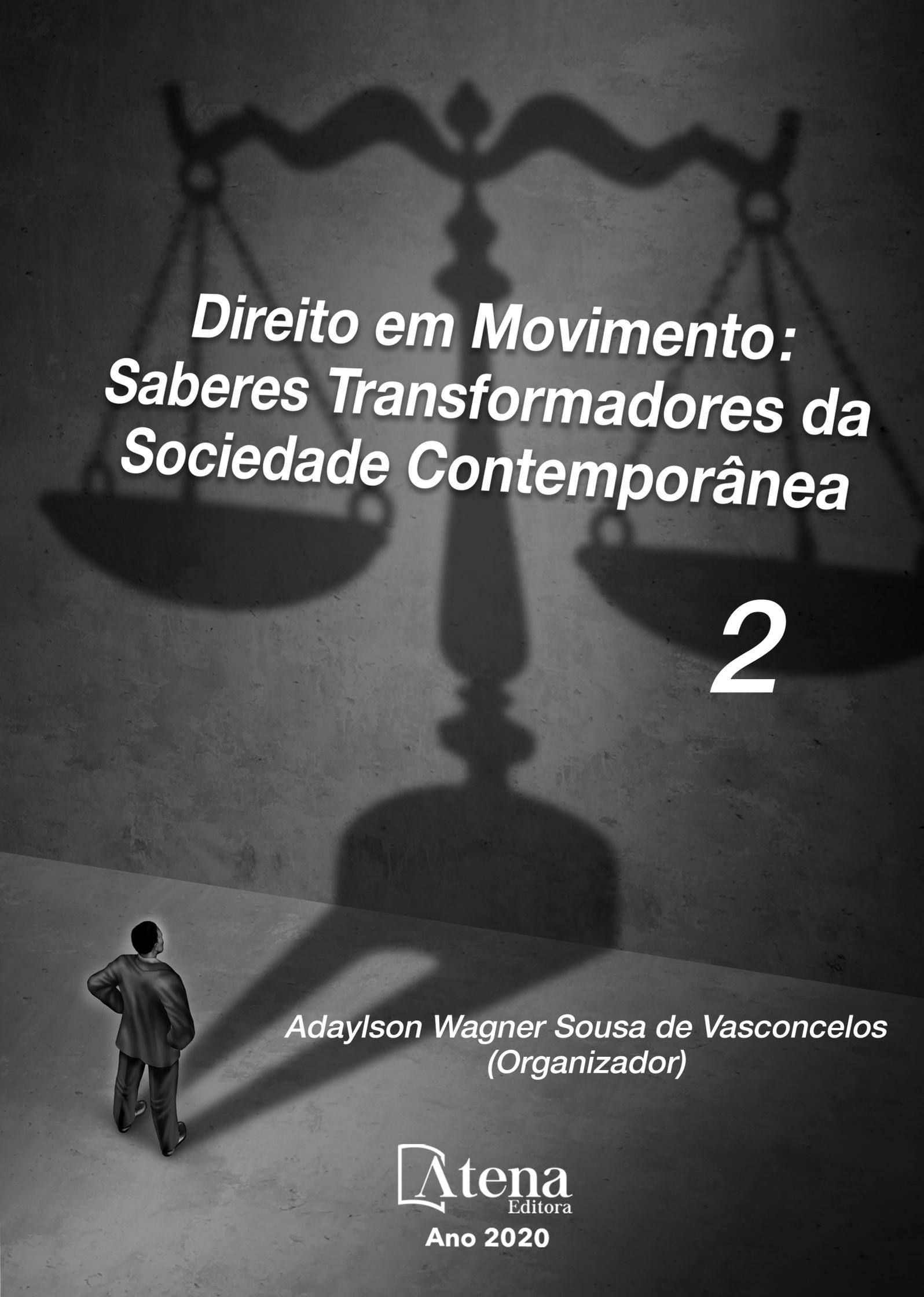
***Direito em Movimento:  
Saberes Transformadores da  
Sociedade Contemporânea***

**2**

***Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)***

**Atena**  
Editora

**Ano 2020**



***Direito em Movimento:  
Saberes Transformadores da  
Sociedade Contemporânea***

**2**

***Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)***

**Atena**  
Editora

**Ano 2020**

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

#### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

# Direito em movimento: saberes transformadores da sociedade contemporânea

2

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário:** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D598 Direito em movimento [recurso eletrônico] : saberes transformadores da sociedade contemporânea 2 / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-270-8

DOI 10.22533/at.ed.708201808

1. Sociologia jurídica. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. II. Série.

CDD 340.115

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

  
**Ano 2020**

## APRESENTAÇÃO

Coletânea de vinte e um capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, discute temáticas que circundam a grande área do Direito e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber e com as múltiplas ações e reações da sociedade que se exercita por transformações.

Assim, nesse segundo volume, temos dois grandes grupos de reflexões que explicitam as mutações sociais diárias e que o Direito estabelece relações para um regular convívio entre sujeitos.

Em cinco singelas divisões estão debates que circundam o constitucionalismo, o processo e o direito civil, o direito do consumidor, os atores do processos e as universidades e o ensino jurídico.

Nesse primeiro momento, temos análises sobre o controle de constitucionalidade concentrado e a ação popular.

Passando para temas do processo e do direito civil, alcançamos contribuições que versam sobre a prescrição civil no direito brasileiro e argentino, o processo civil e a repercussão geral, o utilitarismo normativo, a desconsideração da personalidade jurídica, embargos de declaração, bem como a tomada de decisão apoiada e o apoyo al ejercicio de la capacidad. Contratos, proteção de dados, doação e sucessão, além de responsabilidade civil médica são conteúdos abordados na etapa.

Sobre direito do consumidor, temos estudos sobre a teoria do desvio produtivo e sobre o superendividamento.

Dos atores do processo, há análises sobre a relevância do papel do advogado nas negociações e instaurações da cultura de paz, principalmente em cenário de crise econômica, e sobre o desenvolvimento do modelo de responsabilidade dos juízes.

Alcançando as universidades e o ensino jurídico, contribuições para pensar a representação feminina nas universidades, refletir criticamente o ensino jurídico pátrio e abordar o ensino da Antropologia como marca de promoção de um ensino voltado para os direitos humanos se mostram como abordagens reflexivas urgentes e necessárias, não só para o Direito, mas também na construção de uma sociedade atenta as mutações permanentes.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>CAPÍTULO 1</b> .....   | <b>1</b>  |
| O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE CONCENTRADO: ANÁLISE DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE  |           |
| Bruno de Oliveira Rodrigues<br>Jivago Pizarro Ulguim<br>Leorimir de Moura Furtado Júnior  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.7082018081</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 2</b> .....   | <b>16</b> |
| A (IM)POSSIBILIDADE DE DISCUTIR LEI EM TESE EM AÇÃO POPULAR   |           |
| Fabiana de Paula Lima Isaac Mattaraia<br>Sebastião Sérgio da Silveira   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.7082018082</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 3</b> .....   | <b>25</b> |
| AS DIFERENÇAS ENTRE BRASIL E ARGENTINA QUANTO À SUSCITAÇÃO PROCESSUAL DA PRESCRIÇÃO CIVIL   |           |
| Gilberto Fachetti Silvestre<br>Felipe Sardenberg Guimarães Três Henriques<br>Tiago Loss Ferreira  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.7082018083</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 4</b> .....   | <b>33</b> |
| NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A REPERCUSSÃO GERAL DAS QUESTÕES CONSTITUCIONAIS: DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL  |           |
| Gabriela Araldi Walter<br>Jamille Ghislandi Almeida   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.7082018084</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 5</b> .....   | <b>45</b> |
| “UTILITARISMO NORMATIVO”: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS NO PROCESSO CIVIL   |           |
| Maria Izabel Pereira de Azevedo Altoé<br>Milton Junior Barros Araujo  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.7082018085</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 6</b> .....   | <b>60</b> |
| COMO DISTINGUIR A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DE FIGURAS AFINS? PANORAMA DO PROBLEMA E REPERCUSSÕES (POSSÍVEIS E ATUAIS) NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO |           |
| Hector Cavalcanti Chamberlain<br>Patrícia de Arruda Pereira<br>Filipe Ramos Oliveira  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.7082018086</b>  |           |
| <b>CAPÍTULO 7</b> .....   | <b>71</b> |
| EMBARGOS DE DECLARAÇÃO  |           |
| Guilherme Russo Vanazzi   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.7082018087</b>  |           |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 8 .....</b>   | <b>82</b>  |
| A TOMADA DE DECISÃO APOIADA E O APOYO AL EJERCICIO DE LA CAPACIDAD: COMPARAÇÃO DOS ASPECTOS MATERIAIS E PROCESSUAIS       |            |
| Bruna Figueira Marchiori<br>Gabriela Azeredo Gusella<br>Gilberto Fachetti Silvestre                                       |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.7082018088</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 9 .....</b>   | <b>95</b>  |
| A FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS: ANÁLISE DO ART. 421 DA LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002, À LUZ DA POLÍTICA JURÍDICA |            |
| Adelcio Machado dos Santos<br>Levi Hülse  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.7082018089</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 10 .....</b>  | <b>110</b> |
| PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  |            |
| Renata Aparecida Follone<br>Cassiane Fernandes de Mello   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.70820180810</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 11 .....</b>  | <b>125</b> |
| DOAÇÃO E SUCESSÃO: INSTITUTOS QUE IMPEDEM A REVERSÃO DO BEM AO DOADOR QUE SOBREVIVER AO DONATÁRIO                         |            |
| Alessandra Yadein Rodrigues<br>Thiago Rodrigues Moreira   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.70820180811</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 12 .....</b>  | <b>138</b> |
| O DESEQUILÍBRIO CONTRATUAL PROVOCADO PELA LEI Nº 10.931/04 E SUA INCOMPATIBILIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98        |            |
| Franck Gilberto Oliveira da Silva   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.70820180812</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 13 .....</b>  | <b>146</b> |
| A IMPORTÂNCIA DO NEXO DE CAUSALIDADE NAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA   |            |
| Claudia Regina Althoff Figueiredo<br>Henrique Manoel Alves<br>Kevin de Carvalho Rozza                                     |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.70820180813</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 14 .....</b>  | <b>154</b> |
| A TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR: O TEMPO PERDIDO EM AGÊNCIAS BANCÁRIAS   |            |
| Emerson Andrade Gibaut<br>Teila Rocha Lins D'Albuquerque  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.70820180814</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 15 .....</b>  | <b>168</b> |
| CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E O SUPERENDIVIDAMENTO   |            |
| Augusto Ogrodowski<br>Larissa Suzane Biscaia Mendes   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.70820180815</b>   |            |

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 16</b> .....   | <b>185</b> |
| A NEGOCIAÇÃO E A CULTURA DA PACIFICAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO EFICAZ DO ADVOGADO DIANTE DA CRISE ECONÔMICA         |            |
| Danielle Cupello   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.70820180816</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 17</b> .....   | <b>196</b> |
| O DESENVOLVIMENTO DO MODELO DE RESPONSABILIDADE DOS JUÍZES A PARTIR DA IDADE MODERNA                                   |            |
| João Vitor Sias Franco   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.70820180817</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 18</b> .....   | <b>207</b> |
| A REPRESENTAÇÃO FEMININA NAS UNIVERSIDADES E A CONCREÇÃO DA CIDADANIA  |            |
| Selma Cristina Tomé Pina   |            |
| Juvêncio Borges Silva  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.70820180818</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 19</b> .....   | <b>221</b> |
| ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O ENSINO JURÍDICO NO BRASIL  |            |
| Rosiane Sasso Rissi  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.70820180819</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 20</b> .....   | <b>235</b> |
| O ENSINO DA ANTROPOLOGIA NOS CURSOS JURÍDICOS E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: PARA PENSAR O DIREITO ALÉM DA TÉCNICA |            |
| Danley Dênis da Silva  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.70820180820</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 21</b> .....   | <b>241</b> |
| OS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL: DA ERA VARGAS À CONSTITUIÇÃO CIDADÃ   |            |
| José Vitor Lemes Gomes   |            |
| Camila Ramos Ferreira Vasconcelos  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.70820180821</b>  |            |
| <b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....   | <b>257</b> |
| <b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....  | <b>258</b> |

## O ENSINO DA ANTROPOLOGIA NOS CURSOS JURÍDICOS E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: PARA PENSAR O DIREITO ALÉM DA TÉCNICA

*Data de aceite: 03/08/2020*

*Data de submissão: 05/05/2020*

**Danley Dênis da Silva**

Universidade Federal do Piauí

Teresina - Piauí

<http://lattes.cnpq.br/3028417019835931>

**RESUMO:** O presente estudo propõe-se a discutir o lugar que a antropologia assume no hodierno contexto jurídico-acadêmico, seja por meio do ensino da antropologia jurídica, seja por meio de práticas de pesquisa e de extensão, que proporcionem aos futuros juristas a “experiência do estranhamento” no que diz respeito, principalmente, aos direitos humanos. Ao apoiar-se na revisão bibliográfica concernente ao tema, a pesquisa revela um cenário acadêmico consideravelmente opaco à discussão das bases culturais do direito, reduzido, devido às exigências mercadológicas que imperam nas práticas cotidianas de Justiça, à sua esfera meramente técnica. Porém, a crise vislumbrada tem duplo âmbito de enunciação: por um lado, serve à denúncia da insuficiência política com que os direitos humanos são geralmente tratados nas academias jurídicas; de

outro, pode impulsionar propostas que busquem reativar as sensibilidades jurídicas, fazendo os estudantes compreenderem que as questões fundamentais do direito são de cunho ético e, portanto, atravessadas por questões culturais que não devem ser relegadas a um nível menor de problematização em suas formações. O percurso da pesquisa aposta na articulação dos seguintes elementos argumentativos: estado do ensino, da pesquisa e da extensão no direito e suas implicações teóricas específicas no campo da antropologia jurídica; sensibilidades jurídicas, dimensão simbólica dos direitos e desafios da politização da justiça; cegueira normativa e violação de direitos; o despertar – necessário e inelutável – dos direitos humanos à antropologia; e a possibilidade de uma educação jurídica que promova os direitos humanos, assumindo-se política ao permitir pensar o direito além da técnica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Antropologia jurídica; Direitos humanos; Sensibilidades jurídicas; Educação; Direito além da técnica.

## THE TEACHING OF ANTHROPOLOGY IN LEGAL COURSES AND THE PROMOTION OF HUMAN RIGHTS: TO THINK LAW BEYOND TECHNIQUE

**ABSTRACT:** This study aims to discuss the place that anthropology assumes in today's legal-academic context, whether through the teaching of legal anthropology, or through research and extension practices, which provide future jurists with the "experience of strangeness" with regard mainly to human rights. By relying on the literature review on the topic, the research reveals an academic scenario that is considerably opaque to the discussion of the cultural bases of law, reduced, due to the market demands that prevail in the daily practices of Justice, to its purely technical sphere. However, the envisioned crisis has a double scope: on the one hand, it serves to denounce the political insufficiency with which human rights are generally treated in legal academies; on the other, it can boost proposals that seek to reactivate legal sensitivities, making students understand that the fundamental questions of law are of an ethical nature and, therefore, crossed by cultural issues that should not be relegated to a lower level of problematization in their training. The research path is based on the articulation of the following argumentative elements: state of teaching, research and extension in law and its specific theoretical implications in the field of legal anthropology; legal sensitivities, symbolic dimension of rights and challenges of politicization of justice; normative blindness and violation of rights; the awakening - necessary and inescapable - of human rights to anthropology; and the possibility of a legal education that promotes human rights, assuming politics by allowing to think the law beyond the technique.

**KEYWORDS:** Legal anthropology; Human rights; Legal sensitivities; Education; Law beyond technique.

### 1 | INTRODUÇÃO

A antropologia é definida, em diversas tradições de pensamento, como a "ciência do estranhamento". Sem dúvida, a existência fundamental do elemento empírico na empreitada artesanal de produção do conhecimento antropológico evidencia o contexto de "choque" perante o diferente, o que demanda habilidade cognitiva de abertura ao "outro". Dessa forma, os dados antropológicos podem servir de base ao aprofundamento tanto das teorias que versam sobre os direitos humanos como nas práticas que visam à efetivação dos mesmos.

Nesse cenário, o trabalho ergue-se num cenário de contastação de um abismo entre o discurso de promoção de uma ética da alteridade (SEGATO, 2006) e o percurso cultural com os direitos são percebidos acadêmica, social e institucionalmente no nosso país (LIMA, 2009). Entretanto, por questões de limitação espaço-temporal, centra-se especialmente no silêncio do debate antropológico nos cursos jurídicos, marcados hoje, como no século XIX,

quando das primeiras experiências jurídico-acadêmicas em solo tupiniquim, pelo elitismo e pela precária ou até mesmo a falta de comunicação entre o direito e a sociedade.

Desse modo, a pesquisa busca evidenciar percepções tanto de juristas como de antropólogos a respeito do lugar da antropologia nos cursos jurídicos. Destaca-se que a temática escolhida faz parte de um cenário mais amplo, qual seja, o das potencialidades do universo acadêmico do direito em proporcionar aos seus estudantes uma experiência marcada pelo entendimento do direito além da técnica. Esta é fundamental, mas insuficiente diante de uma tradição social negadora de direitos humanos como a nossa (LIMA, 2009).

Por seu turno, a pesquisa em direito, muitas vezes, acaba revelando trabalhos que pouco contribuem para a discussão das bases culturais do direito, o que fomenta o caráter elitista e conservador em que o ensino jurídico vem sendo construído (COLAÇO, 2011). Destarte, em termos de direitos humanos, as consequências desse processo de reprodução e de pouca recriação e crítica são nefastos, pois as políticas de abertura ao Outro já referidas acabam perdendo espaço para os imperativos mercadológicos do “mundo da justiça”, o que foi percebido por meio de revisão bibliográfica sobre o tema.

## **2 | ANTROPOLOGIA, ENSINO JURÍDICO E DIREITOS HUMANOS**

De acordo com a Resolução N.º 09/2004 do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação (CNE-MEC), o ensino da antropologia nos cursos jurídicos passou a ser obrigatório. Porém, percebe-se que muitos cursos preferem “dissolver” os tópicos antropológicos em disciplinas afins, a exemplo da sociologia, a ofertarem aos estudantes uma disciplina específica de antropologia jurídica, erguendo-se um cenário de retira de tal ciência seu maior arsenal, qual seja, o da autocrítica cultural (COLAÇO, 2011).

Outra questão também fundante para esta pesquisa diz respeito às sensibilidades jurídicas, compreendidas como as bases culturais sobre as quais se constituem os sistemas de justiça e suas diversas implicações sociais, a exemplo do modelo de educação jurídica. No Brasil, vige um modelo de produção e reprodução do conhecimento universitário no qual prevalecem os moldes dogmático e instrucional. Isso repercute nos esquemas de instalação e condução processuais de resolução dos conflitos, baseados na lógica do contraditório em busca de um suposta “verdade real”, distante de um programa de cunho consensual.

Nesse ínterim, os juristas são concebidos como seres superiores que dispõem dos mecanismos institucionais absolutos para gerir os conflitos inerentes às malhas das interações sociais (LIMA, 2009). Desse modo, o saber jurídico particular torna-se, no âmbito público, pressuposto de legitimação da autoridade dos operadores do quase impenetrável campo de justiça, retirando dos próprios sujeitos envolvidos nos litígios a capacidade de gestão dos seus interesse. O Estado, assim, sobrepõe-se à sociedade, afinal as “massas” não costumam entender os ritos praticamente mágicos do Judiciário.

Além do mais, é imprescindível a compreensão do caráter simbólico com o qual os

direitos humanos têm sido cobertos ao longo dos séculos. Alguns autores apresentam os mesmos como invenções ocidentais surgidas em contextos que, aos olhos do ocidente em sua atual configuração, pressupunham justamente a sua violação, ou contextos improváveis (HUNT, 2009). À luz da antropologia jurídica – que foge da linearidade de operação do conhecimento histórico – cabe ressaltar que o simbolismo dos direitos pode ser atualizado como “a maneira como os direitos são vividos pelos atores que se envolvem nas relações conflituosas” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2010, p. 456-457).

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que as lutas por direitos inevitavelmente se desenrolam em situações de caráter conflito, uma vez que as pautas presentes nos discursos distintos e/ou opostos possuem significações específicas para os atores em questão. O conflito é uma marca inelutável das relações humanas tal como os percursos normativos que se apresentam como alternativos a tais interações.

A dificuldade revelada, no entanto, durante o levantamento de dados, consiste nos desafios da politização da justiça. Em decorrência, muito tem se falado, nos centros jurídicos, a respeito da judicialização da política e das relações sociais, o que infelizmente implica também sua criminalização, pelo menos em parte. Aqui, faz-se coro com Guita Grin Debert no que tange à dinâmica das formas de controle social e das emergências reflexivas no entrelace antropológico-jurídico:

O aumento das formas de controle parece vir acompanhado do interesse dos Estados de abrirem mão de certas áreas que caracterizam o biopoder num convite ao cidadão, às organizações não governamentais e à família para assumir uma parceria e redistribuir obrigações. Oferecer elementos capazes de dar conta do caráter dessas mudanças e de como elas afetam as formas do exercício do poder e a vida de cada um de nós é fazer um convite irrecusável para uma antropologia do direito (DEBERT, 2010, p. 490).

O cenário anunciado de judicialização da vida política e social pode despertar nos sujeitos envolvidos a falsa impressão de influência sistemático nos assuntos de Estado, quando, em verdade, ocorre uma “cegueira normativa” (NADER, 2009). Nesse sentido, os atores perdem de vista o horizonte das possibilidades autoconstitutivas de composição dos litígios, havendo mais a violação – assim não compreendida pelos atores sociais em cena – dos direitos cidadãos de participação democrática.

Porém, esse cenário no qual a crise de gestão dos direitos humanos tem duplo âmbito de enunciação: por um lado, serve à denúncia da insuficiência política com que os direitos humanos são geralmente tratados nas academias jurídicas; de outro, pode impulsionar propostas que busquem reativar as sensibilidades jurídicas, fazendo os estudantes compreender que as questões fundamentais do(s) direito(s) são cunho ético e, portanto, atravessadas por questões culturais que não devem ser relegadas a um nível menor de problematização em suas formações:

As perspectivas de avanço dos direitos humanos estão ligadas às possibilidades de reconstrução cultural que dependem de um processo aberto de comunicação, livre de interferência dogmática. Nós precisamos de uma filosofia de direitos humanos mais aberta para qualquer salto adiante. Já que a concepção de direitos humanos transcende

a cidadania do indivíduo, o apoio aos direitos humanos pode vir de qualquer um – sendo ele ou não cidadão do mesmo país do indivíduo cujos direitos foram ameaçados – mais motivo ainda para aplicar a razão prática. Tanto a humildade quanto a paixão são componentes importantes de qualquer plano de ação (NADER, 1999, p. 68).

Ademais, urge repensar o processo educacional em que os direitos humanos são debatidos em suas implicações teóricas e potencialidades práticas de intervenção na realidade social. A promoção de uma cultura de paz deve aliar-se, nesse sentido, a uma tarefa de autogestão dos conflitos pela sociedade ((MONTE MASCARO, 2014; PINHEIRO, 2014). Dessarte, não se eliminará o caráter conflitivo e a tensão interminável entre interesse sociais diferentes e/ou antagônicos, mas se evidenciará a possibilidade de percepção da justiça não como uma imposição autoritária, mas uma exigência antropológica, cuja aprendizagem demanda que se assuma a politicidade do ensino jurídico, em especial.

### 3 | CONCLUSÃO

A pesquisa a dar suporte a esta construção teórica a respeito do lugar da antropologia na formação acadêmico-jurídico-cultural fez o seguinte percurso: partiu do convite ao “outro” proporcionado pelos objeto e método antropológico; expliou as possibilidades de diálogo no centros de formação jurídica por meio do ensino, da pesquisa e da extensão em antropologia legal. Assim, deparou-se com um cenário de crise, seja na academia, seja na sociedade, seja nas instituições oficiais quanto à autogestão conflitiva. Infelizmente, tal estado de coisas implica, em verdade, a afirmação dos dispositivos de controle social e não a sua autoinvenção, recomendando-se, portanto, que o direito desperte à antropologia para abrir-se à Justiça.

### REFERÊNCIAS

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos. **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, v. 53, p. 451- 473 , 2010.

COLAÇO, Thais Luzia. Ensino e pesquisa do direito e da antropologia jurídica. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais da UniBrasil**, Curitiba, v. 16, p. 18-29, 2011.

DEBERT, Guita Grin. Desafios da politização da justiça e a antropologia do direito. **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, v. 53, p. 475-492, 2010.

HUNT, Lyn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LIMA, Roberto Kant de. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. **Anuário Antropológico**, v. 2, p. 25-51, 2009.

MONTE MASCARO, Laura Degaspare. A Declaração Universal dos Direitos Humanos: educação para o pensamento e para a política. **Hendu – Revista Latino-Americana de Direitos Humanos**, Belém, v. 5, n. 1, p. 56-76, 2014.

NADER, Laura. Num espelho de mulher: cegueira normativa e questões de direitos humanos não resolvidas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 61-81, 1999.

PINHEIRO, Douglas Antônio Rocha. **Educação em direitos humanos**. Goiânia: UFG/ FUNAPE, 2014.

SCUCH, Patrice. Antropologia do direito: trajetórias e desafios contemporâneos. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica**, São Paulo, v. 67, p. 51-73, 2009.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 207-236, 2006.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ação direta de inconstitucionalidade 1, 5, 9, 14, 15, 173

Ação popular 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24

Adolescente 110, 113, 139

Advogado 9, 12, 41, 56, 58, 85, 91, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 166, 182, 185, 187, 188, 190, 194, 257

Agência bancária 154, 159

Antropologia 229, 235, 236, 237, 238, 239, 240

Argentina 25, 26, 29, 30, 31, 32, 62, 82, 83, 88, 89, 92

### B

Brasil 5, 6, 3, 4, 5, 6, 15, 17, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 34, 35, 41, 42, 43, 62, 63, 80, 82, 84, 89, 90, 92, 112, 116, 117, 118, 121, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 143, 145, 150, 156, 159, 164, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 183, 189, 193, 195, 203, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 227, 230, 232, 233, 234, 237, 241, 242, 244, 245, 248, 249, 251, 252, 255, 256, 257

### C

Cidadania 2, 97, 166, 207, 208, 209, 210, 211, 217, 218, 219, 220, 239, 241, 242, 244, 245, 248, 249, 255, 256

Código de processo civil 8, 19, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 61, 70, 71, 74, 77, 78, 80, 83, 85, 86, 87, 88, 94, 187, 196, 203, 205, 224

Consumidor 64, 103, 104, 124, 139, 140, 143, 144, 145, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184

Contrato 16, 64, 66, 95, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 126, 127, 128, 129, 136, 138, 139, 140, 142, 143, 145, 148, 176, 179, 180, 187, 188, 189, 192, 193, 226, 254

Controle de constitucionalidade 1, 2, 3, 4, 6, 10, 15, 16, 20, 21, 23

Criança 110, 111, 112, 113, 119, 120, 121, 122, 139

Cultura da pacificação 185, 190, 194

### D

Dados pessoais 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123

Direito 1, 3, 8, 10, 12, 15, 17, 18, 19, 22, 24, 26, 28, 31, 32, 34, 35, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 80, 88, 89, 90, 93,

94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 143, 144, 145, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 194, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 255, 256, 257  
Direitos humanos 54, 57, 58, 208, 209, 220, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 257  
Doação 125, 126, 127, 128, 129, 134, 135, 136

## **E**

Ensino 5, 7, 22, 207, 208, 211, 212, 213, 217, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 239, 257

## **F**

Feminino 210, 214, 217, 219, 243, 255  
Função social 95, 96, 103, 104, 107, 132, 134, 136

## **J**

Juiz 5, 6, 8, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 38, 43, 62, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 128, 150, 156, 177, 187, 190, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206  
Jurisprudência 12, 16, 18, 20, 21, 22, 24, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 62, 64, 67, 69, 70, 85, 91, 100, 105, 110, 115, 120, 124, 153, 158, 160, 161, 180, 200, 201, 205

## **M**

Movimento 103, 197, 201, 202, 203, 204, 206, 240, 246, 248

## **N**

Negociação 185, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 254  
Nexo de causalidade 146, 147, 149, 150, 151, 152

## **P**

Personalidade jurídica 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70  
Prescrição civil 25

## **R**

Repercussão geral 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44  
Representação 5, 85, 107, 207, 218  
Responsabilidade 3, 40, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 87, 99, 104, 107, 111, 117, 118,

127, 139, 142, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 161, 167, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 251

Responsabilidade civil médica 146, 149, 152

## **S**

Saber 41, 46, 51, 63, 90, 105, 107, 152, 179, 194, 205, 223, 225, 227, 229, 230, 233, 237, 239

Sociedade contemporânea 116

Sucessão 69, 99, 125, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136

Superendividamento 168, 169, 181, 183

## **T**

Transformação 114, 159, 173, 210, 219, 227, 230, 233, 244

## **U**

Universidade 3, 4, 5, 6, 7, 1, 15, 16, 25, 32, 44, 45, 46, 47, 58, 59, 70, 82, 95, 108, 110, 146, 154, 167, 168, 186, 189, 191, 196, 201, 206, 207, 208, 213, 218, 235, 241, 257



***Direito em Movimento:  
Saberes Transformadores da  
Sociedade Contemporânea***

**2**

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

**Ano 2020**



***Direito em Movimento:  
Saberes Transformadores da  
Sociedade Contemporânea***

**2**

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

**Ano 2020**